

PERCEPÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Leidiane Priscilla de Paiva Batista ¹
Edson Oliveira de Paula ²
Tharcia Priscilla de Paiva Batista Matos ³

RESUMO

A percepção ambiental, como ferramenta de estudo sobre como o indivíduo percebe e interpreta o meio com o qual convive e se inter-relaciona, é ferramenta de contribuição para a educação ambiental. Através dela é possível identificar as principais limitações e potencialidades individuais e coletivas. Assim, o processo educativo poderá conscientizar e gerar mudanças de concepções e atitudes. Desta maneira, a percepção ambiental pode proporcionar subsídios para um processo de educação ambiental pautado na realidade do indivíduo, permitindo-lhe participar e contribuir com este processo. Nesse ensejo, objetivou-se identificar as potencialidades da percepção ambiental em contribuir com a educação ambiental. Realizou-se revisão bibliográfica em fontes importantes para fundamentação das temáticas escolhidas. A percepção ambiental adota como objeto de estudo as várias particularidades acerca das percepções e dos valores individuais dos sujeitos que compõem o cenário de um espaço. Nesse quadro, acredita-se que ela seja capaz de descrever a relação entre seres humanos e meio ambiente, bem como o modo que o indivíduo vê e interpreta o meio. Ela proporciona subsídios para construção de um processo de educação ambiental pautado na realidade do indivíduo. Desta forma, os resultados obtidos durante o levantamento da percepção ambiental de grupos sociais indicam as principais questões a serem trabalhadas na educação ambiental a respeito dos ecossistemas estudados, fortalecendo relações e levando o sujeito a refletir sobre sua ação e responsabilidade neste processo. Concluiu-se que estudos de percepções ambientais podem contribuir para elaboração de práticas pedagógicas mais efetivas voltadas para conscientização ambiental.

Palavras-chave: interdisciplinaridade; educação; meio ambiente.

INTRODUÇÃO

Cada vez mais clara é a necessidade de conservar e garantir o uso sustentável dos recursos naturais nos dias atuais. As décadas de 1960 e 1970 representam marco para a emergência da “questão ambiental” (CARVALHO, 2012). Floresceu nas últimas décadas a

¹ Doutoranda no Programa de pós-graduação em Ciências Marinhas Tropicais da Universidade Federal do Ceará - UFC, leidianepiscilla@gmail.com;

² Doutorando no Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC, edsonoliveirapx@gmail.com;

³ Estranda no Programa de pós-graduação em Energia e Ambiente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB- UECE, thpris@gmail.com;

ciência de uma profunda crise ambiental e a emergência de uma consciência ecológica (CAPRA, 1982), amparadas pela ONU, suas comissões de estudo e seus programas de ação. Nesse período, também emergiram muitos grupos civis (ONG's) em diversos países, encampando lutas em várias frentes pela proteção ambiental.

Conhecer a realidade na qual cada indivíduo se insere e de que forma ele atua é fator essencial para uma tomada de consciência (FREIRE, 1987). Isso permite que cada pessoa possa seguir na direção de uma conscientização, segundo a qual possa compreender criticamente a realidade e encontrar os meios para transformá-la.

Ainda segundo o autor (FREIRE, 1979), ao alcançar a autoconscientização, o indivíduo seria capaz de se perceber enquanto ser coletivo e, no encontro com o outro, construir processos sociais de superação das problemáticas do mundo ao seu redor e estimular outros indivíduos a trilharem seus próprios caminhos.

A Educação Ambiental pode ser visualizada como campo interdisciplinar e/ou transversal. Configura-se enquanto conjunto de ações que perpassam distintas abordagens e se aproveitam de informações e discursos científicos diversos (CARVALHO, 2017). Ela pode auxiliar no processo de construção de um pensamento integrado, segundo o qual cada pessoa pode tomar ciência de seu compromisso social e individual frente às dinâmicas cotidianas mais comuns.

Segundo a lei nacional 9.795/1999 (BRASIL, 1999), a Educação Ambiental é caracterizada por:

Processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, artigo 1º).

Enquanto tema transversal, a Educação Ambiental (BRASIL, 1996) compõe instrumento de sensibilização e conscientização sobre a problemática ambiental (FERREIRA; HANAZAKI; SIMÕES-LOPES, 2006).

Essa sensibilização só é possível à medida que cada indivíduo e/ou grupo consegue apreender a realidade. Este processo de aproximação ocorre mediante a captação de imagens e discursos acerca de um elemento específico. Ao observar uma paisagem, por exemplo, cada pessoa constrói representações, que terão significado único, resultante do estabelecimento de

laços entre o sujeito e a realidade (SERPA, 2001). Nisso consiste um importante campo a que se vincula a Percepção Ambiental.

Ao seu tempo, a Percepção Ambiental se apresenta como ferramenta de estudo sobre o que o indivíduo percebe e interpreta a respeito do meio em que ele convive e se relaciona. Através dela é possível identificar as principais limitações e potencialidades individuais e coletivas. Assim, o processo educativo poderá ser conduzido de forma a conscientizar e gerar mudanças de concepções e atitudes frente ao meio ambiente.

Propor um estudo de Percepção Ambiental sobre determinado ambiente/paisagem, suas representações e relações ou distanciamento com certo grupo não é algo novo, mas constitui possibilidade de aproximação com o universo de representações do grupo escolhido. O desejo de realizar esta ação resulta em forma de contribuir para o desenvolvimento da temática, fomentando ações educativas às comunidades e às escolas. Ações essas que sejam capazes de promover a conscientização ambiental e gerar reflexões sobre os padrões de consumo e a busca pelo desenvolvimento sustentável.

O interesse acerca do tema proposto justifica-se mediante compreensão do movimento de negação aos aspectos naturais pelo modo de vida atual, que se faz hegemônico em grandes cidades. “As discussões da estética permitem uma importante reflexão para a educação ambiental no que diz respeito às perdas de contato com a concretude nos grandes centros urbanos, que significam também perda de contato com a natureza e o lugar habitado” (MARIN, 2008, p. 215).

Com base nesse panorama, observa-se que as grandes cidades guardam em si esse sentido de perda de importância da natureza e de seus recursos. Ou seja, o meio ambiente acaba relegado a um segundo plano. Como se houvesse uma espécie de “vitória” dos aspectos humanos e/ou urbanos sobre o meio natural e suas dinâmicas. É contra esta hipótese de negação da natureza que a Educação Ambiental concentra seus esforços, buscando estimular o desenvolvimento do pensamento crítico e de uma consciência ecológica, reciclando atitudes frente ao mundo.

Serpa (2001) argumenta que a construção de representações sobre um determinado lugar se dá por meio da vivência das imagens e da realidade objetiva. Essa perspectiva se aproxima das proposições de Tuan (1982), uma vez que se procure “um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar” (p.143). Deste modo,

a pesquisa em Percepção Ambiental busca compreender as representações de um determinado grupo sobre o meio ambiente e os modos pelos quais se relacionam com ele, mediante conhecimento dos contextos aos quais estão vinculados.

Nesse quadro, acredita-se que a Percepção Ambiental seja capaz de descrever a relação entre ser humano e meio ambiente, bem como o modo que o indivíduo vê e interpreta o meio (TORRES, 2012). Ela proporciona subsídios para a construção de um processo de Educação Ambiental pautado na realidade do indivíduo, permitindo-lhe participar e contribuir ativamente neste processo.

Nesse ensejo, o objetivo central deste trabalho é identificar as potencialidades da Percepção Ambiental em contribuir com a Educação Ambiental. Para tanto, faz-se necessário descrever como ocorre a inter-relação entre elas e apontar estudos de casos que demonstrem de maneira concreta as contribuições efetivadas nesse campo.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa, realizou-se revisão bibliográfica do tipo narrativa. A finalidade da pesquisa bibliográfica é levantar conhecimentos para analisar, produzir ou explicar o objeto investigado (GIANNASI-KAIMEN et al, 2008). Para isto, utilizou-se de fontes bibliográficas importantes para fundamentação das temáticas abordadas. Entre elas, as basilares para esse trabalho foram: percepção ambiental e educação ambiental.

A revisão narrativa se dispõe a descrever e discutir o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um assunto específico, de maneira teórica ou contextual (ROTHER, 2007). Desta forma, analisa criticamente a literatura publicada em livros, artigos, revistas e trabalhos acadêmicos (BERNARDO; NOBRE; JANETE, 2004).

A metodologia aplicada ao trabalho tem ainda características de pesquisa básica exploratória. Básica, pois busca ampliar o conhecimento sobre a temática discutida (SCHWARTZMAN, 2002). A divulgação da pesquisa básica possibilita a transmissão e o debate do conhecimento em meio a comunidade científica (GIL, 2008).

Ao seu tempo, a pesquisa exploratória busca apresentar uma visão geral acerca de determinado tema ou através do aprofundamento de conceitos importantes (*ibid.*). Partindo dessa premissa, ela proporciona maiores informações sobre o tema estudado, facilitando sua delimitação e gerando um novo enfoque (ANDRADE, 2000).

O ato de correlacionar dois temas permite ao pesquisador identificar e refletir sobre o que eles têm em comum, assim como permite visualizar o modo pelos quais cada um pode contribuir com o outro. Portanto, enriquece-se a discussão e possibilita enumerar as potencialidades de ambos.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Oliveira (2001), os conceitos: Espaço, Lugar e Paisagem, ao longo da década de 1970, passaram a assumir novas conotações, enfocando uma abordagem centrada na dimensão humana. O conceito de Paisagem não se limitou ao âmbito da descrição dos aspectos físicos mais aparentes da natureza (relevo, vegetação, hidrografia, etc.) mas passou a considerar o ser humano e toda sua gama de relações e dinâmicas vinculadas a sua consciência, sua afetividade, seus sentidos, seus conhecimentos, experiências, etc.). O Espaço foi definido enquanto categoria de análise que enfocava uma escala mais próxima do sujeito, abordando a dimensão do espaço vivido, das relações cotidianas, dos afazeres diários, sobre os quais nem sempre eram observados pelos estudos clássicos da geografia. O lugar, assumiu a dimensão existencial e perceptiva do sujeito frente ao mundo, ganhando força, sobretudo, pela difusão da fenomenologia (SERPA, 2001).

Cada indivíduo constrói sua percepção do espaço a partir do contato direto e íntimo com a paisagem vivenciada (XAVIER, 1998). As ideias e conceitos de cada um tornam o mundo inteligível e familiar (CARVALHO, 2017). Para Tuan (2012), percepção é entender-se para o mundo. Esta pode ser moldada pelo meio físico e social, estando condicionada as experiências e vivências de cada indivíduo e reflete o caráter pessoal na relação ambiente-percepção. Ainda segundo o autor, é possível surgir sentimentos para com o lugar, que podem ser de afetividade ou de rejeição.

As experiências vivenciadas por cada um transformam espaços, antes considerados habituais, em lugares especiais, pois agregam à memória saudades e angústias de acontecimentos; quem consegue desenvolver essas sensações determina que ali seja um lugar (Relph, 1970).

Para o ser humano viver no mundo, que é preenchido de lugares com significado e repletos de afetividade, ele precisa conhecer seu próprio lugar. Deste modo, o lugar não é somente o local em que as coisas existem, mas guarda as conexões com acontecimentos significativos (RELPH, 1976).

A consciência do ambiente ao redor do indivíduo e dele mesmo é desenvolvida através do processo de organização e interpretação dos dados sensoriais recebidos (DAVIDOFF, 1983). Através de uma sucessão de percepções, cada ser humano determina suas atitudes frente as situações que a ele se apresentam. As atitudes requerem experiências e firmeza de interesse e valores (TUAN, 2012).

Os conceitos elaborados por cada pessoa são como lentes utilizadas para acessar o mundo, de tal forma que os ângulos adotados são sempre parciais (CARVALHO, 2017). A Educação Ambiental permite refazer conceitos, ou seja, trocar as lentes utilizadas para interpretar e compreender o mundo. Com isso, ela pode gerar mudanças de atitudes (SALVADOR, 2006; CAVALCANTI, 2002) a partir da tomada de consciência sobre as relações com o meio.

Deve-se lembrar, entretanto, que a Educação Ambiental não se apresenta como um tipo especial de educação, mas como um conjunto de ações contínuas e duradouras que levam a aprendizagem de um estado de espírito, do qual família, escola e sociedade devem se envolver (BALDIN; MUNHOZ, 2012). Ela acrescenta uma especificidade à educação de uma forma geral, que a busca da compreensão das relações sociedade-natureza.

Cultivar no indivíduo a consciência de cuidar do ambiente, com o qual se relaciona e está inserido, e se preocupar em conservá-lo é papel da Educação Ambiental. Ela representa um instrumento para a transformação do modelo de degradação ambiental atual (SEGURA, 2001). A partir dessa conscientização, é possível intervir nos problemas e conflitos ambientais (CARVALHO, 2004).

Nestes termos, a visão socioambiental enxerga uma interação mútua de interação e copertencimento entre as esferas da natureza e dos seres humanos. De tal modo que ela permite a superação da dicotomia entre ambiente e sociedade tão disseminada pela visão naturalista do meio (*id.*, 2017).

A Educação Ambiental pode ser realizada de maneira formal e não formal. No ensino formal, ela compõe o currículo de instituições públicas e privadas nos âmbitos federal, estadual e municipal, devendo ser desenvolvida como prática contínua, permanente, inter e transdisciplinar nos vários níveis e modalidades educacionais (REIS; SEMEDO; GOMES, 2012).

A Educação Ambiental não formal consiste em ações e práticas educativas voltadas à conscientização da coletividade sobre as questões ambientais e sobre seu engajamento na organização e participação na sociedade, na defesa da qualidade do meio ambiente (BRASIL,

1999), assim como em sua conservação e recuperação. Logo, ela ocorre em espaços não formais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Morin (2003) assevera que se torna cada vez mais difícil compreender um mundo complexo (multifacetado, múltiplo, diverso, multidimensional, transversal, etc.) através de disciplinas tão específicas. Daí resulta o interesse em abordar o tema da Percepção Ambiental, que recebe influência de vários campos como a psicologia, a geografia, a arquitetura, etc. (MARIN, 2008). Relacioná-la à Educação Ambiental enquanto tema transversal enriquece a discussão e permite aos professores/pesquisadores observar as potencialidades da contribuição mútua entre ambos os temas.

Duas pessoas não percebem o mundo da mesma forma; dois grupos sociais realizam a mesma avaliação ambiental de forma distinta; assim como, a própria visão científica está relacionada a uma determinada cultura. Percebe-se que toda leitura assume caráter parcial, limitada ao ideário, às práticas e concepções daquele grupo (TUAN, 2012). Considerando-se, ainda, que até mesmo um dado grupo ou coletivo pode modificar sua visão ao longo de suas gerações.

Partindo desse pressuposto, é preciso considerar a abundância e a diversidade de percepções existentes. Daí surge a necessidade de realizar estudos sobre a temática da Percepção Ambiental, procurando se preocupar não só com discursos e conhecimentos construídos socialmente, mas também em compreender o modo pelo qual o indivíduo e o ambiente são influenciados por vivências, processos históricos e culturais na construção desses saberes e discursos (MARIN, 2008). Logo, para compreender o indivíduo, é preciso compreender sua visão de mundo, história e cultura, pois afinal, a humanidade é composta por seres históricos e influenciados, em suas ações, pela cultura assumida pela sociedade em que estão inseridos.

Ao considerar a Percepção Ambiental como resultado do acúmulo do desenvolvimento da história, de uma cultura e de uma sociedade, é essencial considerar que a mesma é única em cada ser humano, em cada agrupamento humano, em cada sociedade e seu tempo, pois decorre do cognitivismo, da personalidade e dos ambientes social e físico (MELAZO, 2005) que a permeiam e com os quais se relaciona. Desta maneira, cada pessoa utiliza seus sentidos para

constituir associações entre a realidade objetiva e os seus processos contínuos de construção de saberes.

Machado (1996), ressalta como a percepção sobre o mundo é individual, pois depende da vivência pessoal de cada um:

Cada imagem e ideia sobre o mundo são compostas, portanto, de experiência pessoal, aprendizado, imaginação e memória. Os lugares em eu vivemos, aqueles que visitamos e percorremos, o mundo sobre os quais lemos e vemos em trabalhos de arte, e os domínios da imaginação e da fantasia contribuem para as nossas imagens da natureza, de tudo o que o homem constrói e dele próprio. Todos os tipos de experiência, desde os mais estreitamente ligados com o nosso mundo diário até aqueles que parecem remotamente distanciados, vêm juntos compor o nosso quadro individual da realidade (MACHADO, 1996, p. 97).

A Percepção Ambiental adota como objeto de estudo as várias particularidades acerca das percepções e dos valores individuais dos sujeitos que compõem o cenário de um espaço (MELAZZO, 2005). Como procedimento metodológico, utiliza-se de instrumentos interdisciplinares a fim de compreender de quais formas os mecanismos e os processos conduzem os seres humanos a desenvolver condutas e percepções diferentes com relação ao meio.

Enquanto campo de estudo, a Percepção Ambiental é ferramenta singular na compreensão dos comportamentos humanos frente às relações estabelecidas por determinados grupos com o meio ambiente em um contínuo movimento recíproco. Partindo desta concepção, torna-se plausível observar o uso dos recursos naturais adotado por tal grupo e as inter-relações desenvolvidas no bojo da realidade objetiva.

Segundo MARIN (2008), os estudos sobre o tema podem ser classificados em: intervencionistas, quando se preocupam com o levantamento da percepção para subsidiar projetos de gestão ambiental; interpretativo, envolvem reflexões sobre a importância dos fenômenos da consciência⁴ e da construção social do universo simbólico; e educacionais, que considera a percepção como componente da formação dos conhecimentos e, por consequência, dos valores.

Seguindo sua linha de pensamento, o autor reflete que os estudos em percepção ambiental não devem tratar somente de como os autores sociais veem os problemas ambientais. Devem englobar vivências e experiências perceptivas, objetivando compreender a forma como

⁴ Fenomenologia

o ser humano se mistura ao mundo, vivencia suas concretudes e se relaciona com seus problemas. Fazendo, desta forma, não apenas um apanhado de percepções, mas buscando refletir e compreender as mesmas.

Tendo como base os estudos de como os indivíduos de um grupo interpretam e interagem com o meio, é possível contribuir para a elaboração de planos de ações para auxiliar no processo de tomada de consciência por parte dos grupos sociais acerca do avanço e do agravamento dos problemas ambientais enfrentados na atualidade. Este procedimento pode semear condições para transformações, não apenas no plano da apreensão, mas também no de atitudes (OLIVEIRA; CORONA, 2008).

Nesse contexto, torna-se importante apontar formas eficazes de educação ambiental para sensibilizar, conscientizar e trabalhar conjuntamente as dificuldades e as dúvidas que os agentes envolvidos expressam com relação ao meio. Levantamento este que pode ser feito através das percepções dos mesmos.

A Educação Ambiental se apresenta como um processo permanente no qual os indivíduos se conscientizam sobre seu papel no âmbito das relações com o meio ambiente e promovem conscientização: contraindo conhecimentos, construindo valores, adquirindo habilidades, vivenciando experiências, transformando atitudes, adotando posicionamentos críticos, de modo que lhes permitam agir e resolver problemas ambientais, refletindo e discutindo com os indivíduos e grupos com que interagem sobre as relações que adotam com o meio e como intervir e gerar mudanças (STRANZ, 2002).

De acordo com o Ministério da Educação, a educação ambiental deve adotar uma abordagem globalizadora, centrada na resolução de problemas econômicos e socioambientais significativos. Considerar o conhecimento como ferramenta para compreender a realidade e, possivelmente, gerar formas de intervenção na mesma (BRASIL, 2004).

Para isso é necessário contar com professores que intervenham no processo de aprendizagem, criando situações problematizadoras, trazendo novas informações para enriquecer as discussões, fornecendo condições para o desenvolvimento dos alunos em seus esquemas de compreensão da realidade e permitindo que o aluno atue como sujeito ativo, que usa a sua experiência e o seu conhecimento para propor resolução para os problemas (BRASIL, 2004).

Nesse quadro, acredita-se que a Percepção Ambiental seja capaz de descrever a relação entre ser humano e meio ambiente, bem como o modo que o indivíduo vê e interpreta o meio (TORRES; OLIVEIRA, 2012). Ela proporciona subsídios para a construção de um processo de Educação Ambiental pautado na realidade do indivíduo.

Ao refletir sobre o foco dos estudos em percepção ambiental e suas contribuições, MARIN (2008) assevera:

“É somente na redescoberta desses modos de viver e de se relacionar com a natureza, o lugar habitado e a coletividade que se pode ancorar uma postura sensível e pró-ativa e uma discursividade enraizada, crítica, capaz de gerar o comprometimento das pessoas, focos das metas da educação ambiental”. (MARIN, 2008, p. 216 e 217).

Desta forma, os resultados obtidos durante o levantamento da Percepção Ambiental de grupos sociais indicam as principais questões a serem trabalhadas na Educação Ambiental a respeito dos ecossistemas estudados e os conflitos socioambientais enfrentados, fortalecendo relações e levando o sujeito a refletir sobre sua ação e sua responsabilidade neste processo. Somente conhecendo a realidade do educando e modo como este vê/pensa o mundo, é possível realizar um processo educativo pautado em seu contexto social. E assim, o processo educativo atuará gerando conscientização e preparando indivíduos capazes de intervir e transformar o mundo ao seu redor.

A Educação Ambiental enquanto aliada da Percepção Ambiental é capaz de atuar objetivando a transmissão de saberes e a compreensão dos problemáticas ambientais e, como consequência, despertar uma maior sensibilização das pessoas no que concerne à preservação dos recursos naturais (fauna, flora, rios, matas etc.), e ainda a prevenção de riscos de acidentes ambientais e correção de processos que comprometem a qualidade de vida nos centros urbanos (MELAZO, 2005).

Neste caminho, constrói-se uma educação ambiental que dialoga com o que o educando compreende sobre o mundo e como o compreende. Com isso, supera-se a educação que é mera instrução e transmissão unilateral de conteúdo, pois segundo GADOTTI (1997), se ela pretende transformar as condições vigentes, deve enraizar-se na cultura dos povos.

Visando superar essas famigeradas cisões entre conhecimento científico e senso comum, teoria e prática, universidade e escola básica, ciências humanas e exatas, filosofia e ciência, etc. – dualismos típicos do conhecimento científico hegemônico em nossos tempos – é possível

planejar o processo educacional capaz de contribuir com iniciativas para conscientização e o esclarecimento.

Com este processo educacional a ser trilhado, busca-se contribuir para a conscientização dos indivíduos, que serão semente no processo de conservação dos recursos naturais em suas respectivas comunidades, fomentando, ao seu turno, transformações de atitudes. Assim, cada um pode assumir o intuito de ressaltar a importância do meio ambiente, a necessidade de conservá-lo e de dispor dos recursos disponíveis de forma sustentável.

Como frutos gerados da relação entre a pesquisa de Percepção Ambiental e o processo de Educação Ambiental, propõe-se a elaboração de vídeos educativos, cartilhas, projetos interdisciplinares, oficinas educativas, jogos didáticos, trilhas ambientais, aula de campo, ações comunitárias, dentre outras formas de intervenções. Em cada um deles, é preciso agregar os resultados obtidos no estudo da Percepção Ambiental do grupo e quais deles precisam ser reforçados ou discutidos e revistos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensejo, destaca-se a urgência da Educação Ambiental enquanto instrumento capaz de despertar nos indivíduos a renovação de suas perspectivas, fazendo-os olhar as mesmas situações e paisagens antes observadas com outras lentes, reinterpretando-as e permitindo-lhes abandonar concepções pré-concebidas e desmitifica-las através de posicionamentos críticos.

Com a adoção de atividades de Educação Ambiental pautadas na percepção que se têm do meio ambiente e seus recursos, eles poderão construir novos conhecimentos e renovar os que possuíam.

Estudos de percepções ambientais podem contribuir para elaboração de práticas pedagógicas mais efetivas voltadas para conscientização ambiental em espaços urbanos e rurais, assim como busca de soluções, nos âmbitos pessoal, comunitário e governamental para os problemas socioambientais.

As percepções ainda, podem subsidiar o manejo sustentável do meio, uma vez que apontam o uso dos recursos naturais por parte das comunidades e grupos sociais. Em vista disso, permite-lhes traçar estratégias de intervenções para conservação da biodiversidade e uso sustentável do meio.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como Preparar Trabalhos Para Cursos de Pós-graduação: Noções Práticas**. São Paulo: Editora Atlas SA, 2000.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira Bagatin. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 27, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/viewFile/3193/1855>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

BERNARDO, Wanderley Marques; NOBRE, Moacyr Roberto Cuce; JATENE, Fábio Biscegli. A prática clínica baseada em evidências: parte II-buscando as evidências em fontes de informação. **Rev Assoc Med Bras**, v. 50, n. 1, p. 104-8, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ramb/v50n1/a45v50n1.pdf>>. Acesso em: 15. Jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.795, 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, Seção III, Art. 13. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 02 mai. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Registro de projetos de Educação Ambiental na escola**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 2004. 132 p. Disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/ftp/projetosea.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, Brasília, MEC, 1996.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. São Paulo, Cultrix, 1982.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. Cortez Editora, 2017.

_____. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília MMA, 2004. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf>. Acesso em: 15 mar 2019.

CARVALHO, Luiz Marcelo de. O discurso ambientalista e a educação ambiental: implicações para o ensino das ciências da natureza. In: Sandra Escovedo Selles; Mariana Cassab. (Org.). Currículo, docência e cultura. Niterói: Editora da UFF, 2012, v. 1, p. 259-284. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/vienpec/CR2/p1120.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

CAVALCANTI, Lana. **Geografia e práticas de Ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

GIANNASI-KAIMEN, Maria Júlia, CHIARA, Ivone Guerreiro di, CARELI, Ana Esmeralda, Cruz, Vilma Aparecida Gimenes de. **Normas de documentação aplicadas à área de saúde**:

um manual para uso dos requisitos uniformes do International committee of medical journal editors, ICMJE, Requisitos de Vancouver. Rio de Janeiro: E-papers; 2008.

FERREIRA, Mariana Contini Elias; HANAZAKI, Natália.; SIMÕES-LOPES, Paulo César Azevedo. Conflitos ambientais e a conservação do boto-cinza na visão da comunidade da Costeira da Armação, na APA de Anhatomirim, Sul do Brasil. **Natureza & Conservação**. v. 4, n.1, p. 64-74, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

_____. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação** uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GADOTTI, Moacir. Lições de Freire. **Rev Fac Educ.**, São Paulo, v. 23, n. 1-2, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551997000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 jan. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho. Paisagem valorizada – A Serra do Mar como espaço e lugar. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. **Percepção ambiental : A experiência brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996. p. 97-119.

MARIN, Andreia Aparecida. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. **Pesquisa em educação ambiental**, v. 3, n. 1, p. 203-222, 2008. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/6163>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

MELAZO, Guilherme Coelho. Percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares & Trilhas**, 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/olhares trilhas/article/download/3477/2560>. Acesso em: 12 mai. 2019.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**; tradução Eloá Jacobina, 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

OLIVEIRA, Kleber Andolfato; CORONA, Hieda Maria. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. **Revista Científica ANAP Brasil**, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/ANAP_Brasil/article/view/4>. Acesso em: 24 jun. 2019.

OLIVEIRA, Livia de. Percepção do meio ambiente e geografia. **OLAM Ciência e Tecnologia**, Rio Claro, v. 1, n. 2, p. 14-28, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/11750>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

REIS, Luiz Carlos Lima dos; SEMÊDO, Luzia Teixeira de Azevedo Soares; GOMES, Rosana Canuto. Conscientização ambiental: da educação formal a não formal. **Revista Fluminense de extensão universitária**, v. 2, n. 1, p. 47-60, 2012. Disponível em: <<http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RFEU/article/view/442>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

RELPH, Edward. **Place and placelessness**. London: Pilon, 1976.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. enferm.**, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. Acesso em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3070/307026613004.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

SALVADOR, César Coll. **O construtivismo na sala de aula**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006.

SEGURA, Denise de Souza Baena. **Educação ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua a consciência crítica**. São Paulo: Annablume, 2001.

SERPA, Angelo Szaniecki Perret. Percepção e fenomenologia: em busca de um método humanístico para estudos e intervenções do/no lugar. **OLAM-Ciência & Tecnologia**, v. 1, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/11751>> Acesso em: 23 mai. 2019.

SCHWARTZMAN, Simon. A pesquisa científica e o interesse público. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 1, n. 2, p. 361-395, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8648864>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

STRANZ, Anamaria. PEREIRA; Fernanda, GLIESCH, Anamaria; POUHEY JUNIOR, Luís Francisco Fernandes; ERBA, Diogo Afonso. Projeto Universidade Solidária - Transmitindo Experiências em Educação Ambiental. In: ZAKRZEWSKI, Sônia; VALDUGA, Alice; DEVILLA, Ivano (Orgs). **Anais do I Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental, II Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental, XVI Semana Alto Uruguai do Meio Ambiente**. Ed. EdiFAPES. Erechim – RS. p. 222. 2002.

THEVENAZ, Pierre. O que é a fenomenologia? a fenomenologia de Merleau- Ponty (1952). **Rev. NUFEN**, Belém , v. 9, n. 2, p. 169-176, 2017 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217525912017000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 ago. 2019.

TORRES, Denise Freitas; OLIVEIRA, Eduardo Silva. Percepção ambiental: instrumento para Educação Ambiental em unidades de conservação. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 21, nov. 2012. ISSN 1517-1256. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/download/3046/1725>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. SciELO-EDUEL, 2012.

_____. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. Disponível em: <<http://sigcursos.tripod.com/perspetivas.pdf>>. Acesso em 13 mai. 2019.

XAVIER, Herbe. Proposta de Educação Ambiental para comunidades residentes em áreas de riscos da natureza a partir de estudos sobre uma paisagem experienciada. In: OLIVEIRA, Lívia de; MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho (Org.) **Cadernos Paisagens/Paisagens**, v. 3. Rio Claro: Universidade Estadual de São Paulo, 1998.